Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação



REGULAMENTO DO ESTÁGIO EM DOCÊNCIA E/OU FORMAÇÃO SUPERVISIONADA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DA SAÚDE (PPGPS)

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E OBJETIVOS

Art. 1º O Estágio em Docência e a Formação Supervisionada constituem parte integrante e fundamental da formação do pós-graduando no Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde (PPGPS), visando à preparação qualificada para a docência, à ampliação da experiência profissional e à qualificação do ensino de graduação.

Art. 2º São objetivos do Estágio em Docência e/ou da Formação Supervisionada:

- **I.** Propiciar ao pós-graduando a experiência e o aprimoramento em atividades didáticas e pedagógicas no ensino superior.
- II. Qualificar o ensino de graduação por meio da participação ativa de pós-graduandos.
- III. Promover a integração do pós-graduando com diferentes contextos institucionais e setoriais, relevantes para sua área de pesquisa em Promoção da Saúde.
- IV. Desenvolver habilidades de pesquisa aplicada, extensão universitária, inovação tecnológica, comunicação científica, gestão do conhecimento e atuação em políticas públicas relacionadas à Promoção da Saúde.
- V. Atender às exigências de formação da CAPES para bolsistas do Programa de Demanda Social (DS) e outros programas de fomento.

CAPÍTULO II - DA OBRIGATORIEDADE E ELEGIBILIDADE

Art. 3º O Estágio em Docência ou a Formação Supervisionada são obrigatórios para todos os alunos regularmente matriculados no Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde (PPGPS) que estejam na condição de bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), incluindo aqueles vinculados aos programas Demanda Social (DS), Programa de Suporte às Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC) e Programa de Suporte às Instituições de Ensino Particulares (PROSUP), tanto nos níveis de mestrado quanto de doutorado. Esta obrigatoriedade está em conformidade com o Art. 18 da Portaria MEC/CAPES nº 76, de 14 de abril de 2010, e suas atualizações, especialmente a Portaria CAPES nº 221, de 19 de agosto de 2025, e seus respectivos Ofícios Circulares.

Art. 4º Para os alunos que não sejam bolsistas da CAPES (incluindo bolsistas de outras agências de fomento como Fundação Araucária e CNPq, cujo estágio poderá ser regido por suas normativas específicas, conforme o Art. 17º deste regulamento) ou que não recebam qualquer tipo de bolsa, o Estágio em Docência ou a Formação Supervisionada terão caráter **opcional**. Contudo, sua realização é altamente recomendada para a qualificação profissional e acadêmica.

Art. 5º Os critérios para a realização do Estágio em Docência ou Formação Supervisionada são:

- I. Para alunos bolsistas CAPES de **Doutorado**, o estágio é ofertado na matriz curricular do Curso de Doutorado como Atividade Obrigatória, com uma carga horária total de 60 (sessenta) horas.
- II. Para alunos bolsistas CAPES de **Mestrado**, o estágio é ofertado na matriz curricular do Curso de Mestrado como Atividade Obrigatória, com uma carga horária total de 30 (trinta) horas.

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação



- III. A duração mínima do Estágio ou Formação Supervisionada será de 1 (um) semestre para o Mestrado e 2 (dois) semestres para o Doutorado.
- IV. A duração máxima do Estágio ou Formação Supervisionada será de 2 (dois) semestres para o Mestrado e 3 (três) semestres para o Doutorado.
- V. Para alunos bolsistas CAPES de **Doutorado**, que realizaram o estágio em docência no **Mestrado**, deverão complementar a carga horária a fim de totalizar 60 (sessenta).
- VI. A carga horária máxima semanal dedicada às atividades do Estágio ou Formação Supervisionada não deverá ultrapassar 4 (quatro) horas para ambos os níveis.
- VII. Considerando a **obrigatoriedade** das atividades do estágio ou formação supervisionada para alunos **bolsistas CAPES**, a mesma **não resultará** em acréscimo de créditos curriculares, devendo estes serem contemplados conforme o Art. 17 do Regulamento Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde (PPGPS) vigente.
- VIII. As atividades do estágio ou formação supervisionada regularmente realizadas, constarão no **histórico escolar** do aluno ao final do curso de mestrado ou doutorado, comprovando sua realização.
- IX. As atividades do estágio ou formação deverão ser compatíveis com a área de pesquisa e a linha de formação do pós-graduando no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde.

CAPÍTULO III – DAS MODALIDADES E LOCAIS DE REALIZAÇÃO

Art. 6º O Estágio em Docência poderá ser realizado:

- I. Na UniCesumar, em disciplinas de cursos de graduação ou pós-graduação lato sensu, sob a supervisão de um docente da instituição.
- II. Em Instituições parceiras de ensino superior, mediante formalização e aprovação conforme o Art. 12 deste regulamento.
- III. Em mais de uma Instituição de Ensino Superior e em mais de uma disciplina, desde que respeitada a carga horária e os prazos estabelecidos.

Art. 7º A Formação Supervisionada, conforme as alterações da Portaria CAPES nº 221/2025 e o Ofício Circular nº 21/2025-CBIP/CGFIP/DPB/CAPES, poderá ser realizada em:

- **I. Instituição Pública:** abrangendo órgãos governamentais, universidades, institutos de pesquisa, serviços de saúde pública, entre outros.
- II. Organização da Sociedade Civil (OSC): incluindo ONGs, associações e fundações com atividades relevantes para a área de Promoção da Saúde.
- III. Empresa: em setores da iniciativa privada que ofereçam experiências qualificadas e alinhadas aos objetivos de formação em Promoção da Saúde.

Art. 8º Considera-se Formação Supervisionada a participação sistemática em atividades acadêmicas, científicas, técnicas ou de extensão, desenvolvidas sob orientação docente, que contribuam diretamente para a formação profissional, pedagógica ou científica do pós-graduando, incluindo, mas não se limitando a:

- I. Atividades de pesquisa aplicada em contextos de promoção da saúde.
- II. Projetos de extensão universitária com foco em ações comunitárias de saúde.
- III. Desenvolvimento e aplicação de tecnologias ou metodologias inovadoras em promoção da saúde.
- IV. Comunicação científica e divulgação de práticas em saúde para diversos públicos.
- V. Docência em contextos de presencialidade e de educação aberta e digital sobre temas de promoção da saúde.
- VI. Gestão do conhecimento e informação em saúde em organizações.

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação



- VII. Atuação em programas ou políticas públicas de saúde e bem-estar.
- VIII. Inserção em organizações sociais ou setor produtivo não acadêmico que desenvolvam ações de promoção da saúde.

CAPÍTULO IV - DA DISPENSA DO ESTÁGIO

Art. 9º O pós-graduando (mestrando ou doutorando) poderá ser dispensado da realização do Estágio em Docência ou Formação Supervisionada nas seguintes condições:

- I. Comprovação de Docência Prévia: O pós-graduando que comprovar o exercício da docência no ensino superior de pelo menos 1 ano, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à data de matrícula no Programa, em disciplina(s) compatível(is) com a área de Promoção da Saúde, fará jus aos créditos correspondentes à atividade de estágio (4 créditos para doutorado, 2 créditos para mestrado).
- II. Realização de Formação Supervisionada Equivalente: Poderá ser dispensado do Estágio em Docência o pós-graduando bolsista CAPES que realizar estágio ou formação supervisionada em instituição pública, organização da sociedade civil ou empresa, desde que a atividade:
- a) Seja supervisionada pelo orientador do(a) pós-graduando(a).
- **b)** Tenha carga horária equivalente à do Estágio em Docência no Ensino Superior do PPGPS (60 horas para doutorado, 30 horas para mestrado).
- c) Seja compatível com a área de pesquisa e a linha de formação do(a) pós-graduando(a) no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde, conforme Art. 8º deste Regulamento.

Parágrafo Único. A avaliação e a deliberação sobre a dispensa serão realizadas pela Comissão de Bolsas do PPGPS, mediante a apresentação da documentação comprobatória pelo pós-graduando.

CAPÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES E DA SUPERVISÃO

Art. 10° Compete à Comissão de Bolsas do PPGPS:

- I. Registrar e avaliar o Estágio em Docência ou a Formação Supervisionada.
- II. Deliberar sobre os requerimentos de dispensa e de realização do estágio em instituições parceiras ou nas modalidades de Formação Supervisionada.
- III. Supervisionar, em conjunto com o orientador, as atividades desenvolvidas no estágio ou formação, garantindo sua aderência aos objetivos do PPGPS.

Art. 11º Compete ao docente orientador do pós-graduando:

- I. Acompanhar, supervisionar e deliberar as atividades a serem desenvolvidas no Estágio em Docência ou Formação Supervisionada.
- II. Definir, em conjunto com o professor supervisor da disciplina ou da atividade, a distribuição da carga horária nas diferentes tarefas.
- III. Assinar o Relatório Final do estágio ou formação, atestando a realização e o cumprimento dos objetivos.

Art. 12º O docente supervisor da disciplina (em caso de estágio em docência) ou da atividade (em caso de formação supervisionada) na instituição de acolhimento terá as seguintes responsabilidades:

- I. Acompanhar o pós-graduando na realização das atividades propostas.
- II. Fornecer feedback e orientações pedagógicas ou profissionais específicas à Promoção da Saúde.
- III. Assinar o Relatório Final do estágio ou formação.

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação



CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO

Art. 13º Para a realização do Estágio em Docência ou Formação Supervisionada, o pós-graduando do PPGPS deverá:

- I. Entrar em contato com a(s) Instituição(ões) e com o/a professor/a da(s) disciplina(s) ou responsável pela(s) atividade(s) escolhida(s) para verificar a possibilidade de realização.
- II. Em caso de realização em instituição parceira ou na modalidade de Formação Supervisionada, protocolar junto à secretaria do PPGPS um requerimento de solicitação, que será submetido à análise prévia da coordenação e posterior deliberação do colegiado.
- III. Uma vez recebido o aceite da(s) Instituição(ões) e do/a(s) professor/a(s) supervisor(es), efetuar a matrícula na atividade "Estágio em Docência" no início do semestre letivo.

Art. 14º As atividades no formato de Estágio em Docência, para o cumprimento das 60 (sessenta) horas exigidas para doutorandos, seguirão o disposto:

- **I. 20 horas/aula:** para acompanhamento das aulas ministradas pelo professor supervisor (observação participante) em disciplinas relacionadas à Promoção da Saúde.
- II. 20 horas/aula: para planejamento, preparo do conteúdo e ministração de aulas teóricas (presenciais ou EaD) sobre temas de Promoção da Saúde, sob supervisão.
- III. 20 horas/aula: para participação em avaliação parcial de conteúdos programáticos, auxílio na correção de relatórios e trabalhos de avaliação dos alunos, e acompanhamento das atividades avaliativas da disciplina na área.

Parágrafo Primeiro. Para os mestrandos, as 30 (trinta) horas de Estágio em Docência deverão ser distribuídas de forma proporcional às atividades descritas nos incisos I, II e III do caput deste artigo, em comum acordo com o orientador e o supervisor da disciplina/atividade.

Parágrafo Segundo. Para as atividades de Formação Supervisionada (para mestrandos e doutorandos), a distribuição da carga horária será definida em conjunto pelo pós-graduando, seu orientador e o supervisor da atividade na instituição de acolhimento, buscando equivalência e aderência aos objetivos de formação em Promoção da Saúde.

CAPÍTULO VII - DO RELATÓRIO FINAL

Art. 15º Ao final do período de estágio ou formação, o pós-graduando deverá elaborar o Relatório Final do Estágio em Docência ou Formação Supervisionada, detalhando as atividades realizadas e suas respectivas cargas horárias.

- I. Em caso de realização em mais de uma instituição e/ou em mais de uma disciplina/atividade, o relatório deverá ser estruturado em capítulos, um para cada experiência.
- II. O relatório deverá descrever a relevância das atividades para a área de Promoção da Saúde e para sua formação.
- III. O relatório deverá ser assinado pelo pós-graduando, pelo orientador e pelo(s) professor(es) supervisor(es) responsável(is) pela(s) disciplina(s) ou atividade(s) no(s) local(is) de realização.

Art. 16º A entrega do Relatório Final será protocolada na secretaria do Programa, no final do semestre letivo. Os documentos serão encaminhados à Comissão de Bolsas, que, após análise e deliberação, atribuirá os créditos correspondentes.

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação



CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17º Para os alunos bolsistas de outras agências de fomento, como a Fundação Araucária e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as diretrizes para o Estágio em Docência (ou atividade equivalente) seguirão as normativas específicas de cada agência. **Parágrafo Único.** O PPGPS, por meio de sua Coordenação e da Comissão de Bolsas, buscará manterse atualizado sobre os regulamentos dessas agências e aplicará, por analogia, os princípios deste Regulamento e da Portaria CAPES nº 221/2025, sempre que compatível e permitido pelas normativas próprias da Fundação Araucária, CNPq ou outras agências. Em caso de lacunas ou omissões nas normativas dessas agências, prevalecerá o que for mais benéfico à formação do pós-graduando, desde que não haja conflito com a legislação.

Art. 18º Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Coordenação do PPGPS, em conjunto com a Comissão de Bolsas, e, quando necessário, em consulta à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UniCesumar e às normativas da CAPES.

Art. 19º Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde (PPGPS).

Maringá, 06 de novembro de 2025